

## ISOLADOS DO DESENVOLVIMENTO

Em Pinheiros, criança brinca em área onde há risco de contaminação



FERNANDO MADEIRA

# CIDADES ONDE FALTAM EMPRESAS E EMPREGOS

## Escassez de indústrias e comércios afeta 30 municípios do Estado

/// PATRIK CAMPOREZ  
pmacao@redgazeta.com.br

Quem mora em Divino São Lourenço, Região do Caparaó, costuma dizer que a cidade parou no tempo. E não é para menos. Fundado em 1963, o município não tem nenhuma empresa de pequeno, médio ou grande porte, que gere emprego e renda para a população. Diante da falta de oportunidades, mais da metade dos moradores com algum vínculo empregatício está lotada no serviço público.

E essa não é uma realidade exclusiva de Divino São Lourenço. Em todo o Espírito Santo, 30 municípios contam com, no máximo, três negócios de pequeno porte ligados à atividade industrial, e nenhuma média ou grande empresa. Oito deles, assim como a cidade do Caparaó, só têm microempresas em seu território. Nesse locais, o comércio também é fraco e não impulsiona a geração de empregos. O levantamento é da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), com dados referentes a 2013. A instituição

classifica como pequena empresa aquela com mais de 20 funcionários; e como média empresa industrial a que tem, em média, entre 100 e 500 empregados.

Para conhecer a realidade dos que estão à margem do desenvolvimento, a reportagem de A GAZETA foi a alguns desses lugares e deparou-se com mazelas que vão muito além da falta de emprego. A maior parte desses 30 municípios está no Caparaó e nos extremos Norte e

Sul do Estado.

Como as prefeituras arrecadam pouco, faltam recursos para o fornecimento de serviços básicos de saúde e educação. A consequência imediata da falta de dinamismo na economia local é evidenciada pelos péssimos indicadores sociais: falta água potável, coleta de esgoto e a renda média das famílias muitas vezes não chega a um salário mínimo.

Em São Francisco do Caparaó, vila que pertence

a Ibitirama, a água que chega a várias casas é a mesma que os bois bebem. “Vem de uma vala aberta no pasto. O dentista já deixou de atender no Posto de Saúde por causa da água amarelada”, relata uma funcionária pública e moradora, que pediu para não ser identificada.

A GAZETA mapeou índices de desenvolvimento econômico e social nas regiões onde faltam empresas. Levantou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

FERNANDO MADEIRA

### REALIDADE

## 30%

da população  
É o percentual de habitantes de 30 cidades que vivem na linha da pobreza.

“O dentista já deixou de atender no posto de saúde por causa da água amarelada”

FUNCIONÁRIA PÚBLICA  
PREFERIU NÃO TER  
O NOME DIVULGADO

raram de passar há dois anos, depois que a ponte da entrada da comunidade quebrou. “Enquanto o conserto não sai, quem não tem carro fica ilhado”, lamenta a líder comunitária Laci Augustinha.

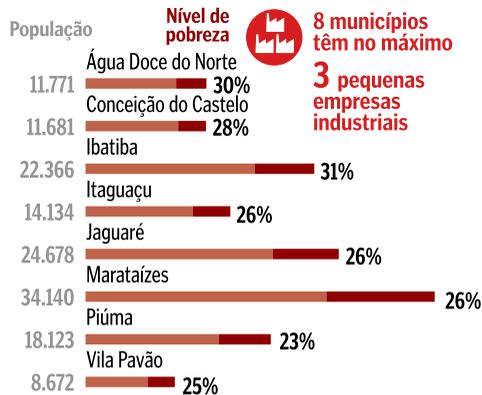
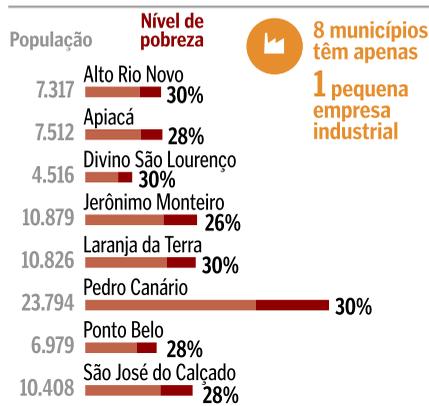
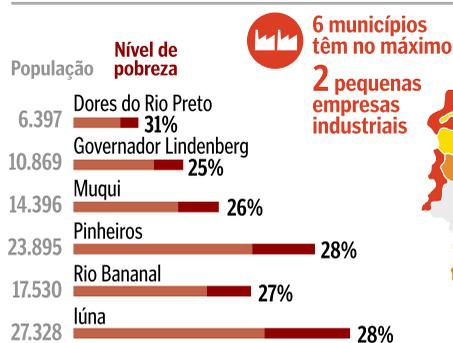
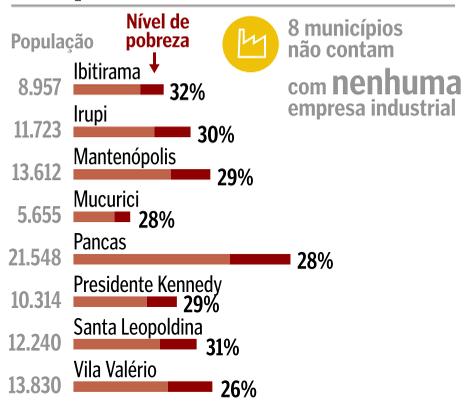
Nos municípios da região do Caparaó e do extremo Norte do Estado, a pobreza também atinge com força as populações do campo, onde a renda nos domicílios rurais gira em torno de R\$ 200 e R\$ 300 por pessoa, segundo o último censo do IBGE.

Esse cenário afeta famílias como a de Lorival Rogério Ribeiro e Tatiane Conceição. O casal mudou de Guaçuí para a zona rural de Divino São Lourenço em busca de trabalho nas lavouras de café e fazendas de gado, mas não encontrou nada. “Sei trabalhar como motorista e fazer tudo no campo, mas não consigo serviço há meses. Vivemos com R\$ 300 do Bolsa-Família. A metade vai para o aluguel e, com o restante, alimentamos nossos três filhos”, desabafa Lorival, inconformado.



A família de Lorival Ribeiro e Tatiane vive com R\$ 300 do Bolsa-Família

## Empresas instaladas



## Renda média por município

Água Doce do Norte	R\$ 587,39	Mantenópolis	R\$ 710,82
Alto Rio Novo	R\$ 700,22	Marataizes	R\$ 917,78
Apiacá	R\$ 653,73	Mucurici	R\$ 590,74
Conceição do Castelo	R\$ 776,53	Muqui	R\$ 817,01
Divino de São Lourenço	R\$ 554,09	Pancas	R\$ 782,83
Dores do Rio Preto	R\$ 621,60	Pedro Canário	R\$ 850,76
Governador Lindenberg	R\$ 762,86	Pinheiros	R\$ 799,91
Ibatiba	R\$ 702,62	Piúma	R\$ 947,04
Ibitirama	R\$ 564,71	Ponto Belo	R\$ 812,33
Irupi	R\$ 710,15	Presidente Kennedy	R\$ 762,28
Itaguaçu	R\$ 667,24	Rio Bananal	R\$ 817,32
Ílúna	R\$ 766,22	Santa Leopoldina	R\$ 615,17
Jaguaré	R\$ 939,36	São José do Calçado	R\$ 706,09
Jerônimo Monteiro	R\$ 853,86	Vila Pavão	R\$ 567,19
Laranja da Terra	R\$ 503,42	Vila Valério	R\$ 878,01

## Ranking dos municípios que têm mais servidores do que empregados

Empregados no comércio, serviço e indústria

Servidores públicos

Percentual a mais no serviço público

1º Mucurici	106	336	216,98%
2º Presidente Kennedy	406	1.257	209,61%
3º Ibitirama	195	443	127,18%
4º Ponto Belo	279	515	84,59%
5º Alto Rio Novo	237	428	80,59%
6º Laranja da Terra	322	514	59,63%
7º Santa Leopoldina	326	510	56,44%
8º Apiacá	309	541	45,95%
9º Irupi	427	587	37,47%
10º Água Doce do Norte	367	496	35,15%
11º Divino de São Lourenço	184	206	11,96%

# Prefeituras empregam mais que o setor privado

## Setor público de Mucurici emprega 216% a mais que comércio, serviço e indústria

Sem emprego no comércio, na indústria, e com as propriedades rurais reduzindo gradativamente a demanda por mão de obra com a chegada das novas tecnologias, as vagas no serviço público acabam tornando-se cargos cobijados pela população.

E os números do Ministério do Trabalho não deixam dúvida: nos 30 municípios capixabas onde o setor privado patina, as prefeituras funcionam como principal empregador. Em dez deles, o setor público chega a empregar mais que o comércio, a indústria e o setor de serviços, juntos (a agricultura não entra na conta).

Um dos municípios inchados de servidores é Ponto Belo, no extremo Norte. Em 2013, o serviço público mantinha 63% de todos os empregos gerados na cidade. Ao assumir a administração, em dezembro de 2014, depois de o prefeito em exercício ter sido cassado, o vice Sérgio Coelho precisou eliminar, de imediato, 60 cargos comissionados. “Não tinha



FERNANDO MADEIRA

### Prefeito assume e corta 60 cargos comissionados

Em 2013, o serviço público mantinha 63% de todos os empregos gerados na cidade de Ponto Belo, no extremo Norte.

“A má gestão e a corrupção são fatores que levam municípios, como o nosso, a não saírem desse atraso”

SÉRGIO COELHO PREFEITO (assumiu o comando do município após antecessor ser cassado pela Câmara)

como pagar tanta gente. Tive que cortar primeiro os cargos de subsecretário”, explica o prefeito.

Em Divino São Lourenço, onde a administração pública emprega cinco vezes mais que o comércio, a prefeitura fecha as portas às 13 horas. Quem chega ao estabelecimento público após esse horário só consegue atendimento no

dia seguinte.

“É por isso que nossa cidade afunda a cada dia mais. Depois do almoço, a população não consegue resolver nada que envolve o município. Um absurdo isso”, desabafa a comerciante Aparecida Ribeiro, de 36 anos.

A prefeitura foi acionada durante toda a manhã da última sexta-feira, mas

nenhum funcionário retornou à reportagem.

Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), Marcos Guerra, os gestores municipais precisam “sair da zona de conforto” e melhorar a gestão se quiserem atrair investimentos.

“Quando o município tem indústria, ele tem di-

nheiro novo entrando e, por isso, cresce. Só assim os prefeitos não vão ficar nas mãos dos recursos federais, que mingam cada vez mais”, afirma.

## SEM OPÇÃO

Com apenas um estabelecimento comercial com mais de dez funcionários e nenhum negócio de pequeno, médio ou grande porte, Mucurici, Norte do Estado, lidera o ranking dos que mais empregam no serviço público, com o número de servidores 216% maior que os empregados no comércio, serviço e indústria. O índice de pobreza no município é de 28%.

Para o secretário de administração e finanças de Mucurici, Agnaldo Wagmacker, a maior dificuldade na atração de empresas é a distância do município em relação aos grandes centros, dos portos e aeroportos.

“Não é por falta de tentativa que nossa região está à margem dos investimentos. Existe essa busca, mas falta interesse de fora. Mesmo na agricultura e na pecuária, enfrentamos problemas, como a seca. A população tem pouco poder aquisitivo e consome pouco”, pontua o secretário.

## ISOLADOS DO DESENVOLVIMENTO

FERNANDO MADEIRA

Área desapropriada em Jaguaré para a construção de um polo industrial que não saiu do papel



# Esperança de progresso que não se concretizou

**Indústrias falidas ou que nem saíram do papel e até escolas abandonadas são realidade nas cidades**

▄ PATRIK CAMPOREZ  
pmaacao@redgazeta.com.br

A indústria que mais gerava emprego na pequena Dores do Rio Preto (um laticínio) decretou falência há três anos, obrigando 60 funcionários a mudarem de função. Quem não conseguiu vaga no comércio, precisou procurar emprego principalmente na agricultura, já que são poucas as opções de trabalho na cidade.

Em Pinheiros, Divino São Lourenço, Pedro Canário e demais municípios percorridos pela reportagem, não faltaram histórias de indústrias que faliram e de polos industriais que nunca saíram do papel. “Quem não é aposentado ou recebe ajuda do governo passa aperto. Não tem emprego nem para quem tem estudo”, afirma a atendente Ana Flávia Santos, 35 anos, moradora de Pinheiros, e que está desempregada há três meses.

Em Jaguaré, um área do tamanho de 20 campos de futebol foi desapropriada

pela prefeitura, mas encontra dificuldades para deslançar como polo industrial. Algumas estruturas começaram a ser erguidas, mas logo foram abandonados, segundo moradores. A assessoria de comunicação do município foi procurada, mas disse que o prefeito estava viajando e não poderia dar entrevista.

Na avaliação, do secretário de Estado de Desenvolvimento, José Eduardo de Azevedo, fatores como infraestrutura, acessibilidade e logística são fundamentais para os municípios atraírem

investimentos. “É fato que há um grau de desnível no processo de desenvolvimento, mas temos buscado mecanismos para equilibrar isso da melhor forma”. O secretário ressalta que a criação de indústria não garante, por si só, qualidade de vida para as cidades. “É importante, por exemplo, que os municípios tenham cursos técnicos que capacitem a mão de obra”, completa.

Nas regiões com poucas empresas, a ausência de cursos técnicos e faculdades é, inclusive, apontada como grande causadora do

êxodo rural. Sem perspectivas no campo, os jovens saem para cidades maiores em busca de emprego e capacitação. Em municípios como Iúna, onde um colégio técnico que deveria atender a cerca de 200 alunos apodrece no tempo, a população ainda sonha com educação de qualidade perto de casa.

“Jovem aqui só trabalha na roça. Na prefeitura e no comércio, só consegue quem tem ‘apadrinhamento’”, diz a agricultora Eunice de Sales, 43.

Segundo a Prefeitura

de Iúna, a obra em questão foi iniciada, há 15 anos, pelo governo estadual, que também seria o dono do terreno. Foram gastos R\$ 405 mil na estrutura, que hoje está depredada e com as telhas, portas e janelas destruídas. O governo do Estado foi procurado na última sexta-feira, mas até o fechamento da edição não retornou.

[gazetaonline.com.br](http://gazetaonline.com.br)

Confira no portal um conteúdo exclusivo, com fotos e infográfico sobre a realidade dessas cidades capixabas.

FERNANDO MADEIRA



**Construção de escola técnica parada há 15 anos**  
Na localidade de Uberaba, interior de Iúna, moradores reclamam da falta de oportunidades de capacitação para os jovens.

“Queria que meus filhos pudessem estudar neste local. É de indignar a forma como o governo joga no lixo o dinheiro que é do povo”

—  
**EUNICE MARIA DE SALES** PRODUTORA RURAL

FERNANDO MADEIRA



**Única indústria da cidade fecha e deixa saudades**

A laticínio Blanche empregava 60 pessoas em Dores do Rio Preto, onde processava 70 mil litros de leite por dia.

“Não acreditei quando fechou. Produzia queijo, manteiga, requeijão. Sinto falta do barulho da fábrica”

—  
**GABRIELA LOPES**  
EX-COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA FÁBRICA